

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 4



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-516-7 DOI 10.22533/at.ed.167190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA SUA ADOÇÃO EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	
Alexandre César Batista da Silva Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Luiz Carlos Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.1671906071	
CAPÍTULO 2	19
PERFIL DAS EXPORTAÇÕES PARANENSES DO COMPLEXO DE SOJA	
Jefferson Steve Canteno Torres	
DOI 10.22533/at.ed.1671906072	
CAPÍTULO 3	29
UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA <i>REQUEST FOR PROPOSAL</i> (RFP) NAS VENDAS DE UM HOTEL DE NEGÓCIOS	
Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Alexandre César Batista da Silva Giulia Cipolla Braulio Jeronymo José Libonati	
DOI 10.22533/at.ed.1671906073	
CAPÍTULO 4	44
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO COM SUPORTE DE UM <i>SOFTWARE</i> DE GESTÃO EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO	
Sirnei César Kach Juliano Hammes Daiane Hammes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906074	
CAPÍTULO 5	57
A BARGANHA ENQUANTO DISCURSO: UM ESTUDO DO POSICIONAMENTO DOS BANQUEIROS SOBRE POLÍTICA MONETÁRIA.	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1671906075	
CAPÍTULO 6	73
A LEI 13.467/17, SUA (IN)ADEQUAÇÃO ÀS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONSEQUENTE PREJUÍZO À AÇÃO SINDICAL	
Rodrigo Rocha Gomes de Loiola Francisco José Rocha Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1671906076	

CAPÍTULO 7	80
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, MINERAÇÃO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NO NEOLIBERALISMO	
Mercedes Castillo de Herrera Nubia Yaneth Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.1671906077	
CAPÍTULO 8	93
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITES NA COSTA DO DESCOBRIMENTO	
Maiara Conceição Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1671906078	
CAPÍTULO 9	105
APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC	
Luiz Victor Pittella Siqueira Maristela Parise de Lima Julie Rossato Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906079	
CAPÍTULO 10	124
INSERÇÃO DE EGRESSOS DA PRISÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Roseni Inês Marconato Pinto Lenir Aparecida Mainardes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16719060710	
CAPÍTULO 11	136
EMPREENDEDORISMO FAMILIAR: COMO ESSE MODELO DE GESTÃO PODE AFETAR A EMPRESA	
Suzana Siebra Alves Campos Piedley Macedo Saraiva Evelinny Soares Batista	
DOI 10.22533/at.ed.16719060711	
CAPÍTULO 12	149
EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE MANHUAÇU-MG	
Lílian Beatriz Ferreira Longo Henrique da Silva Pinel Reginaldo Adriano de Souza Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura José Carlos de Souza Anandy Kassis de Faria Alvim Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060712	
CAPÍTULO 13	166
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO SOBRE FIDELIZAÇÃO COM MARCAS DE CAFÉ NA CIDADE DE MILAGRES-CE	
Rangiel Santos Bento Silva Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.16719060713	

CAPÍTULO 14 183

GESTÃO DA DIVERSIDADE OU AÇÃO AFIRMATIVA? UM ESTUDO SOBRE O GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL EM MANHUAÇU/MG

Luan Patrick Reis Serafim Leite
Lilian Beatriz Ferreira Longo

DOI 10.22533/at.ed.16719060714

CAPÍTULO 15 197

MOTIVAÇÃO E RECOMPENSAS: UMA INVESTIGAÇÃO COM BASE NAS TEORIAS DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES E DA EXPECTATIVA

Larissa Carvalho Alves
Adriano Victor Lopes da Silva
Erika Maria Jamir de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.16719060715

CAPÍTULO 16 209

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA COOPERATIVA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO DE FRONTEIRA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS: O CASO DA COTRIROSA

Pedro Luís Büttgenbender
Jaqueline Ledir De Conti
Ariosto Sparemberger
Giovana Fernandes Writzl
Luciano Zamberlan

DOI 10.22533/at.ed.16719060716

CAPÍTULO 17 224

PESQUISA DE CAMPO PARA AVALIAR OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS COM A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE SUL E A PLATAFORMA MULTIMODAL EM SANTA HELENA DE GOIÁS, 2016

Estéverson Oliveira Lima
Luis Carlos Ferreira Gomes

DOI 10.22533/at.ed.16719060717

CAPÍTULO 18 231

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA

Elzamili Lima Brito
Márcio Júnior Benassuly Barros
Raoni Fernandes Azerêdo

DOI 10.22533/at.ed.16719060718

CAPÍTULO 19 243

REFLEXOS DO CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO NO PATRIMÔNIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL A LUZ DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Mayure Cristina de Souza Oliveira
Sabrina Pereira Uliana Pianzola
Silvana Cristina dos Santos
Monica de Oliveira Costa
Farana de Oliveira Mariano

DOI 10.22533/at.ed.16719060719

CAPÍTULO 20	267
A INFLUÊNCIA DO MARKETING DIGITAL NO PERFIL DE CONSUMO DA GERAÇÃO Y	
Piedley Macedo Saraiva	
Thallita Pâmela Pinho de Oliveira	
Julio Miguel Souza de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.16719060720	
CAPÍTULO 21	279
A INFLUÊNCIA DO MARKETING SENSORIAL NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA	
Gisele Sebastiana da Silva	
Reginaldo Adriano de Souza	
José Carlos de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
Anandy Kassis de Faria Alvim-Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060721	
CAPÍTULO 22	293
MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UM CANAL DE COMUNICAÇÃO NO VAREJO DE MODA DE BARBALHA-CE	
Piedley Macedo Saraiva	
Andre Luis Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.16719060722	
CAPÍTULO 23	310
O USO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA OS PRODUTOS TURÍSTICOS	
Milena Beatriz Silva Loubach	
Pollylian Assis Madeira	
Marcos Antônio Pereira Coelho	
Lucas Borcard Cancela	
DOI 10.22533/at.ed.16719060723	
SOBRE A ORGANIZADORA	323
ÍNDICE REMISSIVO	324

A BARGANHA ENQUANTO DISCURSO: UM ESTUDO DO POSICIONAMENTO DOS BANQUEIROS SOBRE POLÍTICA MONETÁRIA.

Rodolfo Palazzo Dias

RESUMO: Esse artigo trata da opinião dos banqueiros em relação a política monetária aplicada no primeiro governo Lula (2003-2006). Analisamos as notícias veiculadas na imprensa (principalmente “Folha de São Paulo” e “Valor Econômico”) que tinham por fonte representantes de bancos, e que expressaram em tais notícias seus posicionamentos. Percebemos que não existe uma correspondência exata entre um interesse econômico (aumento de juros, tanto da taxa básica como das taxas aplicadas no mercado) e os pronunciamentos desses representantes. Os banqueiros não se manifestam de maneira sistemática pedindo o aumento dos juros; ao contrário, foram frequentes os pedidos para diminuí-lo. Pretendemos compreender esse discurso, identificando a importância simbólica das relações juros/inflação, e o significado desta última e do depósito compulsório na estratégia presente no posicionamento público dos banqueiros.

PALAVRAS-CHAVE: banqueiros; políticas monetárias; juros.

ABSTRACT: This article deals with the opinion of bankers about the monetary policy applied in the first Lula government. We analyze

the reports in the press (especially “Folha de São Paulo” and “Valor Econômico”) which had the representatives of banks as source, and expressed in such news their positions. We realize that there is no exact correspondence between an economic interest (increasing interest of, both, the basic rate and the rates applied on the market) and their position. Bankers do not systematically manifest themselves seeking an increase in interest rates; on the contrary, requests to decrease it were frequent. We intend to understand this discourse, identifying the symbolic importance of the relations interest / inflation, and the significance of the latter and the mandatory deposit in recurrent strategy present in public stands of bankers.

KEYWORDS: bankers; monetary policy; interest.

INTRODUÇÃO: O ESTUDO DA OPINIÃO DOS BANQUEIROS NAS NOTÍCIAS DA MÍDIA IMPRESSA

Neste artigo, pretendemos analisar a opinião expressa pelo setor bancário brasileiro acerca da política monetária aplicada pelo governo do PT no período 2003-2006, correspondente ao primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quando refletimos sobre o posicionamento

de tal setor diante das políticas do governo, devemos compreender o caráter político do sistema bancário. Para o funcionamento de qualquer sistema bancário, é necessário um sistema de regras de propriedade (legal, regulamentar e institucional) que depende do poder policial do Estado (CALOMIRIS e HABER, 2014, p. 27-28). Os atores pertencentes a tal sistema interagem seguindo sua própria lógica de interesses, e não por uma estrutura organizada funcionalmente para a busca da estabilidade. CALOMIRIS e HABER designam esse sistema de relações como “Jogo de barganha bancário” (*game of bank bargains*). Os autores definem tal conceito da seguinte maneira:

We call this process of deal making the Game of Bank Bargains. The players are those with a stake in the performance of the banking system: the group in control of the government, bankers, minority shareholders, debtors, and depositors. The rules, which are set by the society's political institutions, determine which other groups must be included in the government-banker partnership and which can be left out in the cold because the rules of the political system make them powerless. (CALOMIRIS e HABER, 2014, p. 13).

Ao estudar o posicionamento dos banqueiros, estamos observando o pronunciamento de um dos lados nesse “jogo de barganha”. Com isso, pretendemos verificar (sistematizar em um período relativamente longo de tempo) qual a posição manifesta dos banqueiros.

O elemento empírico da pesquisa foram as opiniões de pessoas vinculadas institucionalmente a bancos que divulgaram suas ideias em veículos de imprensa escrita no Brasil, sendo tratados por essa mídia como representantes de suas respectivas empresas. O procedimento para a coleta dessas notícias foi a pesquisa nos sistemas de busca dos jornais “Valor Econômico” e “Folha de São Paulo” (embora outros veículos tenham sido utilizados de forma complementar). O que foi buscado nos sistemas foi o nome da instituição bancária seguido do tema de interesse (juros, *spread* e depósito compulsório), organizando as notícias por datas. Mas como interpretar tal elemento empírico?

A notícia não é nem a apresentação direta da fala do banqueiro, nem uma manipulação do jornalista. Como SCHMITZ (2010, p. 27) coloca, a notícia é uma construção social realizada pela relação fonte – jornalista, intermediada por uma série de instituições. E nessa relação existiria uma força da fonte na formação dessa notícia.

Em relação aos banqueiros (enquanto fonte de notícia), quatro características precisam ser destacadas para demonstrar a capacidade de pressão dessas fontes em relação à construção da notícia.

1) Os bancos utilizam tais veículos de informação para realizar propaganda, e, portanto, financiam em parte tais instituições;

2) As instituições financeiras produzem as informações a serem publicadas. Seja através de dados e estatísticas formuladas por suas equipes, seja através do vocabulário econômico, exercem influência na produção da notícia;

3) Os banqueiros possuem um corpo profissional de jornalistas para assessorar a transmissão da informação, além de se relacionarem pessoalmente com jornalistas através de jantares e vínculos pessoais (como observado em algumas notícias por nós analisadas);

4) O setor bancário é bastante oligopolizado, e, portanto, pequeno e interconectado. Ou seja, uma divergência muito grande entre a opinião da fonte e a ideia transmitida na notícia pode representar um risco para o jornalista. Este pode perder fontes para futuras notícias, tanto do banqueiro específico que não se sentiu representado, como de outros membros de instituições financeiras que, pelas conexões pessoais que existem entre os banqueiros, fiquem sabendo dessa divergência.

Consideramos plausível que a construção da notícia se realize em uma direção estrategicamente adequada aos interesses dos bancos, tendo em vista os elementos mencionados acima. Portanto, a notícia, em nossa pesquisa, é interpretada como resultado de um comportamento estratégico dos banqueiros.

Existiria, segundo a classificação de SCHMITZ (2010, p. 42), 4 tipos de notícias em relação à ação de suas fontes: proativa, ativa, passiva e reativa. Classificaremos dessa forma as diferentes notícias para compreender como os banqueiros intervêm na mídia impressa e na sociedade através desta mídia.

AVALIAÇÃO DOS BANQUEIROS DIANTE DA POLÍTICA DE JUROS

Antes de iniciarmos o debate sobre a opinião dos banqueiros, é necessário tornar preciso o que são as políticas de juros. Existem dois debates que realizaremos no artigo: um, acerca da cobrança de juros nas atividades diretas dos bancos (e a influência que o governo pretende ter sobre ela); e também sobre a taxa básica de juros na economia, no Brasil chamada de Taxa Selic.

Definindo os termos do primeiro debate, enquanto o juro seria a rentabilidade simples ganha pelo emprestador, o *spread* seria a diferença entre o juro que o banco ganha ao emprestar e o juros que ele paga para quem deposita no banco. Quando debatermos a manifestação pública dos banqueiros sobre *spread*, estamos pensando nas intervenções e incentivos realizados pelo governo para que as instituições bancárias disponibilizem mais crédito na economia.

Sobre o segundo problema, trata-se de uma decisão governamental direta, na qual é estabelecida as taxas básicas de juros da economia, também chamada de Taxa Selic. Em nosso recorte temporal, este era o indexador principal dos juros pagos nos títulos da dívida pública (HORTA, 2011, p. 33).

Nas notícias que analisamos, é nítida a prevalência dos debates sobre taxa Selic quando é procurado a relação entre a instituição financeira e a palavra “juros”. Percebe-se que o debate sobre taxa Selic ocupa um papel de destaque dentro

da agenda de debate jornalística sobre juros. O que se percebe diante disso é o seguinte: quando se discutiu juros no Brasil, o problema central era a remuneração do capital investido em títulos da dívida pública (SILVA; et al, 2009, p. 287).

Fazendo uma análise da agenda de debates jornalísticos da época, percebemos que existia uma grande ausência de defensores do não pagamento da dívida. Pelo fato de a auditoria da dívida pública já estar prevista na Constituição Federal de 1988 (CUNHA, 2012); ter existido um plebiscito pelo não pagamento da dívida externa (BETTO, 2000); e termos alguns exemplos internacionais de realização de tal processo (FATTORELLI, 2013), consideramos importante a forma como a mídia tratou tal tema. Esse não pagamento era tratado na mídia como um absurdo. Que inclusive foi um dos fatores que incentivaram o PT a redigir a “Carta ao povo brasileiro” (DIAS, 2012).

Como SCHMITZ (2010, p.29) coloca, o problema do agendamento dos debates nos noticiários ocorre em um espaço de disputa, nos quais determinados atores são incluídos e outros excluídos. Percebemos uma forte exclusão de setores mais fortemente opostos ao sistema financeiro nesse agendamento. Os conflitos apresentados por tais notícias seriam mais lutas internas de um mesmo bloco político, ao invés de um embate aberto entre diversos setores sociais.

Apresentaremos uma sistematização das diversas notícias identificadas em nossa pesquisa, realizando: primeiramente, uma análise sobre a opinião dos banqueiros em relação à política governamental de taxa básica de juros; e depois, uma análise da manifestação dos banqueiros diante dos *spreads* existentes no sistema bancário brasileiro.

Em relação ao tipo de posicionamento¹ assumido pelos representantes dos bancos nas notícias, a tabela 1² nos apresenta os resultados:

Ano	Proativo	Ativo	Passivo	Reativo
2003	1	7	4	0
2004	0	9	2	4
2005	3	10	0	0
2006	1	1	0	0

Tabela 1: posicionamentos dos banqueiros sobre a taxa Selic.

Fonte: elaboração do autor; sistematização do número de posicionamentos identificados na pesquisa de mestrado (DIAS, 2012).

Em 2003 houve o início do governo Lula, conjuntura na qual estava colocada

1. Por posicionamento consideramos uma opinião expressa em nome da instituição bancária ou de um membro declaradamente vinculado a uma na reportagem. Existe a possibilidade de, em uma mesma reportagem, existir mais de um posicionamento (mais de uma instituição ou de representantes destas). Nesse caso, cada um foi contabilizado individualmente.

2. Os critérios usados para classificar os tipos de comportamento dos banqueiros foram: proativo como a apresentação de proposta de política monetária; ativo como a apresentação de uma expectativa; passivo como avaliações de políticas já implementadas; e reativo como críticas às políticas.

uma série de receios e expectativas em relação a possíveis mudanças de políticas macroeconômicas. Logo no início observamos um aumento da taxa de juros, e uma manutenção dessas taxas elevadas até a metade do ano (26,5% até 20/06/2003). Depois, iniciou uma fase de queda.

O que observamos nesse processo foi, primeiro, um grande elogio por parte dos banqueiros ao aumento dos juros no início do governo (comportamento mais passivo). E posteriormente (na metade do ano) uma série de declarações esperando uma queda na taxa Selic.

Interessante a resposta de Gabriel Jorge Ferreira, então presidente da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos, associação de classe do empresariado bancário no Brasil) e vice-presidente do Unibanco, quando foi perguntado acerca da possibilidade de diminuição da Selic naquele momento: *“É o nosso desejo, a nossa torcida”* (GOY, 2003).

Em 2004 observamos quatro posições críticas ao governo. Isso não por uma excessiva diminuição da Selic, mas, ao contrário, pela não diminuição desta. Críticas ao sistema de “metas de inflação”, conjuntura externa favorável e necessidade de crescimento econômico foram argumentos usados pelos banqueiros para defender a queda da taxa Selic. Mas isso na primeira metade de 2004. Na segunda metade observamos uma série de expectativas defendendo o aumento da taxa básica de juros. A inflação é vista como o principal problema que leva a essa mudança nas expectativas (ativo), levando até mesmo Roberto Setúbal, então presidente do Banco Itaú, a falar de um risco de crescimento excessivo ao deteriorar a balança de pagamentos e incentivar a elevação da inflação (RIBEIRO, 2004).

Em 2005 a previsão dos banqueiros era de elevação da taxa no início do ano, mas com uma redução até o encerramento do ano. Tal posição pode ser observada nas projeções de início de ano em termos ativos (expectativas), e também em termos proativos na metade do ano. A declaração de Marcio Cypriano (o então presidente da FEBRABAN e do Banco Bradesco) em entrevista à Folha de São Paulo em julho deste ano é emblemática nesse sentido:

A partir de agosto, acho que deve começar a queda dos juros. Já está na hora de baixar os juros. Acredito até que é possível uma redução de meio ponto percentual na taxa em agosto. A ata do Copom já indicou essa possibilidade. A redução dos juros é importante para o país voltar a crescer. (CYPRIANO, 2005).

Mais do que uma expectativa, podemos observar na fala do então presidente da FEBRABAN e do Bradesco uma posição proativa, de recomendação em relação à adoção de uma política monetária menos rígida.

Percebemos nesse ano três elementos importantes nos posicionamentos. Primeiro, que as taxas de juros caíram depois das expectativas traçadas pelos banqueiros. Segundo, que os juros em geral caíram menos do que essas expectativas, indicando uma posição mais conservadora por parte do governo se comparado com os pronunciamentos do empresariado bancário. Terceiro, essa divergência não gerou

uma crítica à política conservadora (como ocorreu no ano anterior), mas houve uma certa aceitação dessa política pelos banqueiros.

Como pode ser observado na tabela, no ano de 2006 não conseguimos identificar um número razoável de pronunciamento de banqueiros na imprensa em relação à taxa Selic, momento esse de diminuição efetiva da taxa Selic. A ausência na mídia por parte dos banqueiros pode refletir um apoio tácito ao governo no processo eleitoral, mas também levanta a questão: por que não comemoraram publicamente aquele desejo já manifesto nos anos anteriores? Talvez os juros abaixaram demais? Mesmo se for o caso, não foi uma baixa suficiente para retirar o apoio público ao governo na conjuntura política de 2006.

O que fica indicado nessa série de pronunciamentos observados entre os anos de 2003 e 2006 foi, primeiro, um apoio ao governo; e segundo, uma posição bastante variável sobre o aumento ou a diminuição da taxa Selic.

Posicionamentos públicos dos banqueiros defendendo a queda da taxa Selic é algo interessante de observarmos. A jornalista Azelma Rodrigues parafraseou a fala de Marcio Cypriano da seguinte maneira:

Cypriano insistiu que “o juro alto não é bom para os bancos”. De acordo com ele, quanto menor o custo do dinheiro, mais as instituições financeiras têm condições de ampliar seu leque de operações e ofertar mais produtos para, portanto, melhorar o relacionamento com as empresas. (RODRIGUES, 2003)

Portanto, podemos observar por parte dos banqueiros uma manifestação pública contrária ao aumento dos juros. Na tabela 2³ apresentamos uma correlação entre número de opiniões favoráveis, contrários e neutros à política governamental, e reivindicações de aumento, diminuição e manutenção da taxa Selic.

	Aumento	Manutenção	Diminuição
Elogio	3	3	2
Neutro	5	7	15
Crítica	0	0	4
Total	8	10	21

Tabela 2: posicionamentos e reivindicações de políticas de juros.

Fonte: elaboração do autor; sistematização do número de posicionamentos identificados na pesquisa de mestrado (DIAS, 2012).

Essa tabela apresenta uma série de posições importantes que apontam no mesmo sentido: os banqueiros não insistem publicamente em um aumento da taxa Selic.

Primeiro, não existe nenhuma crítica ao governo reivindicado um aumento

3. Essa tabela, em suas colunas, apresenta a posição defendida pelo representante do banco. Se a política deveria ser de aumento, manutenção ou diminuição da taxa Selic. Nas linhas estão indicadas o posicionamento dos representantes diante da política monetária. Se houve alguma crítica, algum elogio ou expressão de confiança, ou então apenas a apresentação de uma expectativa própria. Quando colocamos neutro, queremos dizer que não houve uma avaliação da política governamental.

da taxa; segundo, existe uma forte concentração de posicionamentos na terceira coluna, indicando uma série de manifestações a favor da diminuição; terceiro, os três únicos elogios ao governo por ter aumentado a taxa Selic foram nos primeiros meses do governo, que deve ser relacionado com a série de expectativas em relação ao cumprimento das promessas da campanha de 2002; e quarto, podemos observar críticas ao governo pedindo a diminuição da Selic.

Percebemos que a política monetária do primeiro mandato do governo Lula foi mais conservadora do que o reivindicado publicamente pelos representantes dos bancos. Claro que isso não deve levar a uma aceitação direta da fala de Marcio Cypriano, de que juro baixo é positivo para os bancos. Os bancos possuem valores significativos investidos em dívida pública e, na época, grande parte desses títulos eram indexados pela taxa Selic. Também devemos levar em consideração a ausência de declarações em 2006, quando a taxa foi efetivamente reduzida.

Mas também não iremos na direção de que as declarações dos banqueiros são simplesmente falsas ou enganadoras. Consideramos que esses posicionamentos estão embasados em uma perspectiva ideológica específica. Mais do que ocultamento ou enganação, representa uma visão de mundo⁴. A fala de Fabio Colletti Barbosa, respondendo acerca da imagem negativa que os bancos possuem diante da população, mostra como essa questão dos juros entram em uma perspectiva geral de interesse da fração bancária da burguesia:

Essa imagem negativa nos preocupa muito, mas ela não é exclusiva dos bancos brasileiros. Não podemos nos esquecer de que as instituições financeiras estão na posição ingrata de cobrar empréstimos em qualquer lugar do mundo. Mas há um aspecto histórico brasileiro. No passado, a inflação prejudicou demais a transparência do relacionamento do cliente com a instituição financeira. Os prazos de empréstimos eram curtíssimos, não havia confiança na moeda. Não existiam tarifas, porque os bancos ganhavam com o dinheiro parado nas contas. Isso mudou completamente. Além do mais, acho que a expectativa sobre os serviços que devem ser prestados pelos bancos precisa ser mais bem compreendida. (BARBOSA, 2004).

Primeiramente, BARBOSA mostra claramente que os banqueiros têm consciência de que “cobrar empréstimos” significa uma posição complicada em termos de estrutura econômica. Indica uma certa dificuldade de conciliação de interesses. Segundo, também destaca a especificidade histórica brasileira, na qual os bancos lucraram muito com o processo inflacionário ocorrido no final da década de 80 e início da década de 90.

O esforço do então presidente do ABN Amro Bank foi justamente de tentar mostrar que os bancos ocupam um novo posicionamento dentro da estrutura econômica. Como conciliar ideologicamente os interesses dos bancos com o do resto da sociedade, permitindo a difusão de uma visão de mundo específica? Consideramos central nesse intuito a relação que os bancos estabelecem entre juros

4. Aqui estamos pensando no conceito de “bloco histórico” apresentado por Antonio Gramsci. Sobre o assunto, recomendável a leitura de BIANCHI (2008).

e inflação.

Embora no começo do governo os argumentos “autonomia do Banco Central” e “inflação” tenham sido usados para justificar o aumento dos juros; em 2005 o último foi o único argumento mobilizado para tal justificativa. Pela teoria econômica ortodoxa, o juro é considerado o principal instrumento de controle da inflação; e se teoricamente existe a correlação inversa entre juro e inflação, a história brasileira (problema inflacionário histórico) corrobora o posicionamento de defesa da elevação dos juros.

Sobre o processo de implementação do neoliberalismo na América Latina, ANDERSON (1995) chama a atenção para o papel fundamental que a coerção política ou a hiperinflação tem para a implantação sucedida desse modelo político. No caso brasileiro, a hiperinflação ocupou um papel fundamental nesse processo. Consideramos que esse acontecimento dotou a inflação de um aspecto simbólico negativo, que foi retomado pelos banqueiros para defender uma política econômica que lhes era benéfica.

Mas não se trata aqui de utilização instrumental do recurso simbólico. Afinal, na primeira metade de 2004 houve uma reivindicação de diminuição das taxas de juros e, em 2006, quando a inflação recuou, os banqueiros aceitaram a redução dos juros sob o mesmo argumento da inflação. Ou seja, o próprio símbolo que utilizam tem efeito sobre eles.

Isso parece a princípio como a luta dos banqueiros contra seus próprios interesses. A justificativa de BRACHER desse posicionamento dos banqueiros é a seguinte:

Juro alto não beneficia o sistema bancário. Os bancos vivem do “spread”, não dos juros. Um banco normalmente tem um capital grande que ele aplica como as empresas.

O lucro do banco está na diferença entre o quanto ele paga pelo dinheiro que lhe dão e o quanto ele recebe pelo dinheiro que empresta. Essa diferença é o “spread” bancário. O juro alto, a não ser pela aplicação da parcela do capital próprio do banco, não influencia no lucro. (BRACHER, 2005).

Percebemos aqui um certo ocultamento do papel que a dívida pública tem dentro do quadro de investimento dos bancos. Mas de qualquer forma, não apenas na posição de Fernão Bracher, mas também de vários outros banqueiros identificados em nossa pesquisa (encontramos também um número significativo de declarações de Marcio Cypriano, Bradesco, e Sérgio Werlang, Itaú, nesse sentido) percebemos que existe uma tentativa de desvincular o interesse dos bancos em relação à taxa Selic, vinculando esta ao problema da inflação.

Justamente pela história econômica brasileira, a inflação possui um apelo abrangente na sociedade, permitindo uma difusão mais intensa de sua visão de mundo. Mas isso também significa, claro, a defesa da diminuição da Selic nos momentos em que a inflação permite.

Mas de qualquer forma, como indica a própria fala de BRACHER, o problema dos juros não se reduz apenas à taxa Selic. O grande debate econômico em relação ao custo do crédito no Brasil se coloca em torno dos “spreads bancários”. Essa é uma prática dos bancos, e o governo tenta realizar políticas para incentivar sua queda.

Mas no Brasil, o sistema bancário não é estatizado. Os bancos possuem autonomia para definir quanto irão pagar de juros para seus clientes, e quanto irão cobrar por empréstimos. Seriam os “mecanismos de mercado” de oferta e demanda por poupança e crédito, ou seja, a competição entre os bancos, que definiria a capacidade de o banco aumentar o spread de acordo com seu interesse. Como Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, falou em uma reunião promovida pela LIDE em 2003 (Associação empresarial que reúne empresas e instituições financeiras), ele considerava os spreads bancários muito altos no Brasil, mas que a autoridade monetária não poderia reduzi-los de “**forma mandatária**” (DIAS, 2003).

Foram apenas 9 posicionamentos identificados na nossa pesquisa acerca do tema. Portanto, não era um assunto que os banqueiros recorrentemente se pronunciavam. Publicamente, eles se propuseram a diminuir os spreads. Mas, para isso, exigem compensações. A diminuição do depósito compulsório é uma dessas reivindicações, e pela importância que esta possui na perspectiva dos banqueiros trataremos dela no próximo tópico.

DEPÓSITO COMPULSÓRIO: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE COMPULSÓRIOS NO PRIMEIRO MANDATO

Para entendermos depósitos compulsórios, se faz necessário uma nota a respeito de reserva bancária. Reservas bancárias são contas que os bancos possuem dentro do Banco Central. Dentro dessas contas, os bancos são obrigados a imobilizar parte do dinheiro que foi depositado pelos seus clientes. Esse valor seria o depósito compulsório.

A porcentagem que fica retida nessas contas depende do tipo de depósito que foi feito. Depósitos a vista, a prazo, poupança⁵, cada uma tem uma alíquota específica que determina qual porcentagem do valor total dos depósitos deve ficar retido no Banco Central (BARBOSA, 1996).

O depósito compulsório, portanto, é parte do dinheiro que foi depositado no banco e que não pode ser utilizado por ele para as suas operações. A função econômica de tal regra financeira seria a de conter a quantidade disponível de moeda para os bancos, limitando assim sua capacidade multiplicadora de moeda (MOREIRA, 1994; CUCOLO, 2009), além da possibilidade de ser usado como instrumento de política monetária, ou seja, controle da inflação.

5. Além de outras modalidades de recolhimento compulsório como “exigibilidade adicional sobre depósitos”, e o cobrado por depósito em operações de *leasing* (CUCOLO, 2009).

Mas independente das justificativas econômicas, esse é um instrumento que diminui a quantidade de dinheiro que os bancos podem operar. Portanto, consideramos plausível que o seu aumento (e a sua existência) não seja de interesse dos banqueiros.

Dito isso, os posicionamentos assumidos pelos representantes dos bancos são representados na tabela a seguir:

Ano	Proativo	Ativo	Passivo	Reativo
2003	0	3	0	7
2004	1	1	1	0
2005	0	2	1	0
2006	0	1	2	0

Tabela 3: posicionamentos diante do depósito compulsório.

Fonte: elaboração do autor; sistematização do número de posicionamentos identificados na pesquisa de mestrado (DIAS, 2012).

Embora o número de notícias sobre o tema seja bem menor do que o relativo à taxa Selic, é maior do que o relativo aos *spreads*. Também diferente do último, encontramos um número de reportagens mais disperso em nosso recorte temporal.

Antes mesmo da entrada de Lula no poder, o Banco Central havia aumentado o depósito compulsório a vista de 45% para 60% (REPORTAGEM LOCAL, 2003). Não encontramos um posicionamento reivindicativo por parte dos representantes dos bancos no início de 2003. A conjuntura de alta da inflação (BARROS, 2003a) pode explicar tal ausência.

Mas na metade do ano é possível observar banqueiros se manifestando em relação ao tema. Ativamente reivindicando a diminuição nesse período, e, posteriormente, reagindo à efetiva diminuição. Os três principais bancos privados da época (Itaú, Unibanco e Bradesco) anunciaram nos jornais a redução de taxas de determinadas linhas de crédito, atribuindo essa redução à diminuição do depósito compulsório anunciada pelo governo em agosto de 2003 (RIPARDO; PORTES, 2003).

Em 2004 encontramos principalmente notícias vinculadas a Marcio Cypriano (que assume neste ano o cargo de presidente da FEBRABAN) reivindicando a diminuição do depósito compulsório (o que pode indicar uma certa centralização dessa pauta reivindicativa na entidade representativa).

A primeira metade de 2005 também foi uma conjuntura inflacionária na economia brasileira. Nesse momento, embora tenha prevalecido uma certa ausência de pronunciamentos, conseguimos identificar uma declaração de Hugo Penteadó (ABN Amro Asset Management) que chega a apoiar medidas mais rígidas de austeridade monetária com o aumento do depósito compulsório (FRIAS, 2005). Tal pronunciamento, mesmo que não seja representativo de toda a camada empresarial,

mostra que a inflação é considerada um problema; e que nessas conjunturas sua pauta reivindicativa deve ser repensada.

Mas devemos considerar tal posicionamento contextualizando com o tipo de governo que os banqueiros estavam se relacionando. Nesse mesmo período encontramos declarações de membros do governo destacando que o depósito compulsório não estava sendo, e não deveria ser usado como política monetária (RODRIGUES, 2005a; RIBEIRO, 2005).

O mais claro nesse sentido foi o próprio presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, quando afirmou publicamente que existiam duas opções para combater a inflação, aumento dos juros e aumento do depósito compulsório. E a primeira foi a escolha do governo (RODRIGUES, 2005b).

Ou seja, existem duas formas de combate a inflação, uma favorável e outra contrária aos interesses dos bancos. Declaradamente o governo escolhia a primeira opção, e isso deve ser levado em consideração quando observamos uma ausência de posicionamento dos banqueiros em conjunturas inflacionárias.

Já 2006 foi uma conjuntura política bastante complexa em relação ao tema. O início desse ano foi marcado pela saída de Antonio Palocci e entrada de Guido Mantega no ministério da Fazenda. O posicionamento político dos dois era marcadamente distinto.

Quando o novo ministro assumiu o cargo, fez declarações públicas reivindicando a diminuição dos *spreads* bancários (BARROS, 2006). No dia seguinte, Marcio Cypriano (presidente da FEBRABAN) e Roberto Luís Troster (economista-chefe da FEBRABAN) (REPORTAGEM LOCAL, 2006) foram a público destacando o papel do depósito compulsório na formação desse *spread*.

O tom agressivo colocado na fala de Troster gerou um clima político bastante desconfortável. E o resultado final dessa disputa foi Troster se afastando da FEBRABAN; Cypriano pedindo desculpas para Guido Mantega (REDAÇÃO, 2006); e Alfredo Setúbal (GRABOIS, 2006) e Gabriel Jorge Ferreira (BALBI; BARROS, 2006) elogiando o pacote do governo para diminuição dos *spreads* bancários.

Ou seja, com a entrada do novo ministro, levando em consideração que se trata de um ano eleitoral, não houve um clima muito adequado para reivindicações bem-sucedidas de diminuição do depósito compulsório. Mas mesmo que esse índice não tenha diminuído naquela conjuntura, como identificar o sucesso ou o fracasso dessa declaração pública?

Ou melhor, qual é o papel das declarações dos banqueiros reivindicando a diminuição do depósito compulsório? É apenas buscar uma alteração do comportamento do governo? Consideramos que as declarações públicas têm mais funções.

Como colocamos anteriormente, as declarações públicas dos banqueiros transmitem uma certa visão de mundo, buscando difundir seus interesses em outras frações e classes distribuídas na sociedade. Como já percebido pelos próprios

banqueiros, o juro é uma forma de ganho que os opõem a maior parte da sociedade; já o depósito compulsório não. Se o governo liberar mais recursos para os bancos, aumentaria a oferta de crédito, o que seria de interesse de uma gama bastante ampla da população.

E efetivamente pudemos identificar outros setores sociais reivindicando a diminuição do depósito compulsório. Em julho de 2003, em jantar promovido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Henrique Meirelles foi cobrado para reduzir os juros e o depósito compulsório à vista. Ironicamente, o então presidente do Banco Central falou que nunca havia visto industriais saírem em defesa dos banqueiros (BARROS, 2003b).

Em abril de 2004, um estudo do IEDI sobre *spread* bancário aponta o índice brasileiro como o mais alto do mundo. E as razões disso seriam:

o baixo volume de crédito, os excessivos impostos sobre a intermediação bancária e os exagerados compulsórios tornam cara a intermediação financeira. (VALOR ECONÔMICO, 2004).

Em maio desse ano encontramos a declaração da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) de que o Banco Central estava sendo excessivo na sua política monetária, que era necessário diminuir os juros, a tributação sobre operações financeiras e também o depósito compulsório. (VALOR ONLINE, 2004).

Em setembro desse ano Luiz Marinho, presidente da CUT, em entrevista à “Folha de São Paulo”, explicou a sua proposta de “pacto social” dessa forma:

São várias as combinações que podem ser feitas. Os empresários do setor produtivo poderiam manter o preço e a garantia de fornecimento do produto, e o governo, em contrapartida, baixaria a carga tributária. O empresário teria que garantir que irá aumentar seus investimentos para ampliar a oferta de produtos. O controle da inflação tem que se dar por meio de mais oferta, e não por política monetária e fiscal. Já o sistema financeiro tem de reduzir o “spread”, e, para isso, o governo pode baixar o compulsório e reduzir impostos. São, enfim, um conjunto de combinações que para garantir a sustentabilidade do crescimento. (MARINHO, 2004; grifo nosso).

Essa posição de MARINHO mostra que essa demanda conseguiu ter um alcance até nos movimentos de trabalhadores.

A apresentação que Paulo Skaf fez no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em novembro de 2004 apresentou dados sobre como o spread no Brasil é alto; mostrou que a maior parte desse spread se converte em lucro para os bancos; que o índice de lucratividade dos bancos é muito alto; que parcela significativa do PIB é retirado pelos bancos em forma de lucro; ou seja, fez uma exposição altamente crítica à atividade bancária no Brasil. Como solução a essa situação, SKAF propõe a redução do compulsório e da carga tributária (RODRIGUES, 2004), exatamente as reivindicações dos banqueiros.

Em 2006 encontramos o diretor-executivo do IEDI, Julio Gomes de Almeida, também defendendo a redução do compulsório e da carga tributária, mas com uma posição mais crítica em relação aos bancos, destacando que estes não aproveitaram

a melhora da situação da economia para reduzir suas taxas. (SUCURSAL DE BRASÍLIA, 2006).

Percebemos com isso que, para pensarmos o sucesso ou fracasso de determinada reivindicação pública dos banqueiros, devemos pensar não apenas em alteração da política governamental, mas também em incorporação da pauta reivindicativa por outros setores sociais, o que pode ser observado em nossa pesquisa.

Incorporação da pauta não significa total adesão aos interesses. Como ficou claro na fala de Fabio Colletti Barbosa citada no tópico anterior, existe uma posição “íngrata” dos banqueiros dentro da estrutura econômica; mas seu objetivo não é agradar os outros setores sociais, mas sim fazer com que pensem sobre o seu ponto de vista, mesmo sob realidades diferentes.

CONCLUSÃO

Quando pensamos em pronunciamentos de banqueiros, pensamos na posição estratégica dessa fração na luta política em determinada conjuntura. Estão imersos em um jogo específico, que rege o funcionamento do sistema bancário; e na conjuntura política mais ampla, pelo próprio papel do sistema bancário dentro da economia.

Para obter sucesso nesse jogo, é importante ter o controle dos instrumentos de exercício do poder; e também que os outros atores envolvidos reconheçam tais instrumentos como efetivos. No “jogo de barganha bancário”, é possível perceber a prevalência dos interesses dos banqueiros no resultado histórico. Como destaca HORCH (2015):

The combined annual profits of Brazil's four biggest banks have grown more than 850 percent to just over \$20 billion, from \$2.1 billion, in the 12 years of Workers' Party rule. (HORCH, 2015).

A lucratividade dos bancos é um indicador do grande sucesso dos bancos no jogo. Como explicar tal sucesso? Quais aspectos da estratégia dos banqueiros que poderia explicá-lo?

Consideramos a contribuição de nosso trabalho: primeiro, a identificação da inflação e do depósito compulsório como elementos importantes nas estratégias dos banqueiros no processo de difusão de sua visão de mundo; e, segundo, que possuem um certo sucesso nessa difusão.

Essa visão de mundo elege o problema da estabilidade da moeda como central nos objetivos da política monetária. E, além de apontar o problema, define a solução: aumento de juros. Essa visão é compartilhada pelos atores estatais do “jogo de barganha bancário”, orientando a política governamental.

Mas, quando existe uma certa estabilidade da moeda, em que as condições

econômicas não são tão propensas à inflação, defendem a queda dos juros. Mas defendem apresentando uma pauta reivindicativa, a queda do compulsório. Nessas condições, conseguem aliar a sua pauta à de outros setores sociais, realizando uma barganha no nível discursivo público.

Esse sucesso estratégico não produz uma visão idealizadora sobre a atividade bancária, como, por exemplo, o que a perspectiva desenvolvimentista faz com a atividade industrial (industrialismo como sinônimo de desenvolvimento e progresso). A atividade bancária não pretende eleger-se como protagonista da economia. Ela já o é. Os objetivos do convencimento são mais “modestos”. Efetivamente, pretendem fazer outras camadas sociais incorporarem parte de sua pauta de reivindicação.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALBI, S; BARROS, G. Febraban tenta evitar conflito com governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 ago 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200604.htm>.

BALBI, S; VIEIRA, F. Condições para a redução da taxa já existem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u98413.shtml>.

BARBOSA, F. C. O lucro é verde. *VEJA*, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/180407/entrevista.shtml>.

BARBOSA, F. H. Política monetária: instrumentos, objetivos e a experiência brasileira. In: SAWAYA, R. R. *O plano real e a política econômica*. São Paulo: Educ, 1996.

BARROS, G. Banco Central detecta sinais de inércia inflacionária. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 mar. 2003a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u64107.shtml>.

BARROS, G. Em jantar do Iedi, presidente do BC faz discurso indigesto a empresários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 jul. 2003b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u69658.shtml>.

BARROS, G. Mantega diz que vai apertar os bancos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 ago. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0608200602.htm>.

BETTO, F. Plebiscito da dívida externa. *Folha de São Paulo*, 02 de setembro de 2000. Acesso em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0209200010.htm>.

BIANCHI, A. *Laboratório de Gramsci*. Campinas: Alameda. 2008.

BRACHER, F. “Ninguém sabe como baixar o juro”, diz ex-presidente do BC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 abr. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1104200518.htm>.

CALOMIRIS, Charles; HABER, Stephen. *Fragile by design: the political origins of banking crises & scarce credit*. Princeton: Princeton University Press. 2014.

CUCOLO, E. Entenda o que é o compulsório e como ele coloca mais dinheiro na economia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 fev. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/>

ult91u467237.shtml.

CUNHA, J. R. A. A vida ou a dívida? A auditoria constitucional da dívida e o financiamento do direito à saúde no Brasil: uma reflexão heterodoxa. *Revista crítica do Direito*. v. 2. n. 42. 2012.

CYPRIANO, M. Cypriano defende queda da taxa de juros já. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jul 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u98717.shtml>.

DIAS, J. A. BC vê sinal de retomada e pedra no caminho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 ago. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2608200323.htm>.

DIAS, R. P. Organização e posicionamento político dos banqueiros no governo Lula. Dissertação de mestrado em Ciência Política. IFCH/UNICAMP. 2012.

FATTORELLI, M. L. *Auditoria cidadã da dívida pública: experiência e métodos*. Brasília: Inove. 2013.

FRIAS, M. C. Juro deve subir para 18,75%, dizem analistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1402200513.htm>.

GOY, L. Presidenteda Febraban diz torcer por queda da Selic e do compulsório. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 jun. 2003. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/364011/presidente-da-febraban-diz-torcer-por-queda-da-selic-e-do-compulsorio>.

GRABOIS, A. P. Itaú revisa para baixo previsão de crescimento para 2006 e prevê corte de um ponto na Selic. *Valor econômico*, São Paulo, 04 set. 2006b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/515813/itau-revisa-para-baixo-previsao-de-crescimento-para-2006-e-preve-corte-de-um-ponto-na-selic>.

HORTA, Guilherme Tinoco de Lima. *Administração da dívida pública: um estudo para o caso brasileiro*. Dissertação de mestrado. Departamento de Economia. USP. 2011.

MARINHO, L. Marinho quer acordo contra inflação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 set. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0309200403.htm>.

MINTZ, B; SCHWARTZ, M. *The Power structure of american business*. Chicago. The university of Chicago Press. 1985.

MOREIRA, E. M. Política Monetária: a fase do novo padrão monetário, o real. *Indicadores Econômicos FEE*. v. 22. n. 2. 1994.

REDAÇÃO. Depois de criticar governo, economista deixa Febraban. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29 ago. 2006x. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2908200605.htm>.

REPORTAGEM LOCAL. Economista critica ênfase na questão fiscal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 abr. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1204200303.htm>.

RIBEIRO, A. P. BC vê tendência de redução do compulsório no médio prazo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u97794.shtml>.

RIBEIRO, B. Preço do controle inflacionário é Selic mais elevada, avalia Setubal. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 nov. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/439539/preco-do-controle-inflacionario-e-selic-mais-elevada-avalia-setubal>.

RIPARDO, S; PORTES, I. Unibanco segue Bradesco e Itaú e anuncia redução dos juros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 ago. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u71628.shtml>.

RODRIGUES, A. Cypriano rebate críticas e diz que bancos fazem sua parte. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 set. 2003. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/379379/cypriano-rebate-criticas-e-diz-que-bancos-fazem-sua-parte>.

RODRIGUES, A. Maior parcela do spread bancário é lucro puro dos bancos, destaca Skaf. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 nov. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/438561/maior-parcela-do-spread-bancario-e-lucro-puro-dos-bancos-destaca-skaf>.

RODRIGUES, A. Meirelles diz que taxa real de juros é alta, mas está caindo. *Valor Econômico*, São Paulo, 30 jun. 2005b. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/466353/meirelles-diz-que-taxa-real-de-juros-e-alta-mas-esta-caindo>.

RODRIGUES, A. Tombini diz que elevar meta de inflação tem custo alto. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 mai. 2005a. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/461475/tombini-diz-que-elevar-meta-de-inflacao-tem-custo-alto>.

SCHMITZ, A. A. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes empresariais nas relações com jornalistas de economia e negócios*. Dissertação de mestrado. Departamento de Jornalismo. UFSC. 2010.

SILVA, A. C; et al. Evolução recente do mercado de títulos da dívida pública federal. In: SILVA; A. C; CARVALHO, L. O; MEDEIROS, O. L. *Dívida pública: a experiência brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. 2009.

SUCURSAL DE BRASILIA. Banco põe culpa de juro alto no governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1602200603.htm>.

VALOR ECONÔMICO. Spread bancário brasileiro é o mais alto do mundo. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 abr. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/411205/spread-bancario-brasileiro-e-o-mais-alto-do-mundo>.

VALOR ONLINE. Copom teve cautela excessiva, avalia ACSP. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 mai. 2004. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/415619/copom-teve-cautela-excessiva-avalia-acsp>.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 20, 27, 132, 182

C

Consumidor 2, 5, 166, 170, 171, 172, 181, 182, 268, 279

Cooperativa 118, 123, 201, 213, 215, 216, 222, 223, 265

E

Economia 17, 19, 27, 28, 71, 104, 118, 122, 123, 196, 222

Empreendedorismo feminino 149, 164, 165

Espoliação 90

Exportações 19, 23, 27

F

Ferrovia 224, 225, 226, 227, 228, 230

G

Gestão da diversidade 185, 194

I

Impactos tributários 1, 13

Incorporações imobiliárias 4, 18

M

Marketing digital 268, 271, 296, 297, 322

Marketing sensorial 292

Mineração 87, 97

P

Patrimônio de afetação 1, 5, 18

Planejamento 44, 45, 46, 55, 56, 97, 103, 164, 265, 271

Política monetária 70

R

Renda 119, 224, 305

Request for proposal 30, 33, 43

S

Soja 19, 27, 228

T

Tecnologia 32, 95, 97, 132, 196, 267, 309, 310, 312, 322

Trabalho 55, 56, 73, 74, 75, 77, 79, 95, 105, 106, 117, 126, 132, 133, 134, 164, 182, 193, 194, 195, 196, 215, 222, 240, 322

Turismo 100, 103, 104, 165, 215, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 321, 322

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-516-7



9 788572 475167